

CONCEPÇÕES DO ENSINO DE LÍNGUA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES À DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO DISCURSO.

Maria de Fátima Ferreira de BRITO¹

RESUMO

O presente estudo pertence à linha de pesquisa Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e possui a orientação da professora Doutora Lígia Martha Coelho. Tem como objetivos analisar concepções do ensino de Língua materna presentes nos discursos de pedagogos em formação do Curso de Graduação à distância de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, desta mesma Universidade; discutir e refletir criticamente sobre a influência dessas concepções no processo educativo. Sabemos ser "*o processo educativo, fruto da discussão, da comunicação*" capaz de manter ou promover mudanças na sociedade. Sabemos também que a língua é um instrumento de comunicação e de poder e que há diferentes leituras da realidade – o que representa a relatividade das coisas e diferentes representações de mundo. Estas representações podem ser divididas em: ideológicas (reforçam o *status quo*) e utópicas (realidade a ser construída). Diante destas duas representações, podemos traçar duas concepções/ posturas de ensino de língua materna: a tradicional e a progressista ou forma técnico-instrumental e forma sociointeracionista.

PALAVRAS-CHAVE: Língua materna; formação de professores; educação à distância; políticas públicas.

Este artigo tem por finalidade entrelaçar o pré-projeto de pesquisa e as leituras realizadas na disciplina Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias – disciplina vinculada à linha de pesquisa do estudo desenvolvido. Como estamos em início de reflexão e não temos resultados efetivos para serem compartilhados, não iremos nos aprofundar no tema em si, mas sim propor um exercício de reflexão crítico-propositiva sobre o que têm aguçado/despertado a nossa “curiosidade epistemológica” em relação ao tema, como diria FREIRE (2001).

Algumas das reflexões apresentadas aqui surgiram com a “inquietação” produzida em nós através das palestras do I Encontro de Docentes e Discentes de Educação a Distância da UNIRIO, que aconteceu nos dias 30 e 31 de maio do corrente ano.

Na primeira parte, tentaremos abordar o tempo no qual vivemos hoje: tempo de incertezas e certezas provisórias, pensando qual o lugar da Educação à distância nesta sociedade em

¹ UNIRIO, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Educação, Rua Barão de Mesquita 227, apt 203, Tijuca, cep: 20540-001, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e-mail: fafa.brito@uol.com.br

transição.

Na segunda parte, pensaremos uma Educação diferenciada: uma Educação para além do Capital, refletindo sobre o ensino de Língua materna e a formação de uma cidadania “desbloqueada”.

Na terceira parte, apresentaremos alguns significados do conceito de políticas públicas tendo como referência o texto *Binóculo ou Luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação*, de Álvaro Crispino. Também destacaremos os conceitos de poder, língua e linguagem.

Na quarta parte, pensaremos sobre a formação de professores e, em especial, a formação daqueles que ministram aulas de língua materna, ampliando nossos questionamentos sobre as concepções de ensino de língua.

A seguir, veremos como as tecnologias da informação e comunicação (TICs) podem auxiliar na formação de professores à distância.

Por fim, manifestaremos o nosso desejo de mudança, de reformulação das mentalidades e do que está posto na sociedade, uma vez que a figura do educador é promotora de mudanças educacionais e sociais. Retomaremos o que foi abordado, tendo a consciência de que nossa pesquisa não será disseminadora de verdades absolutas ou de soluções a serem propagadas, mas sim de que o nosso destino é lutar por uma Educação pública, de qualidade e que seja voltada sempre para a condição humana!

Tempo de incertezas e certezas provisórias

*A realidade não pode ser modificada
senão quando o homem descobre que
é modificável.
(Paulo Freire)*

Sabemos que neste momento, tempo de incertezas e certezas provisórias, não existem

verdades únicas e absolutas ou conhecimentos definitivos. Definimos incertezas assim como Freitas (2005) em *Uma Pós-Modernidade de Libertação: Reconstruindo as Esperanças*, que afirma ser um momento de não-luta, da aceitação, mas no sentido originário da palavra incerteza: momento de dúvida, hesitação. Afirmamos ser não um tempo da falta de certeza e sim das certezas provisórias, da verdade como processo.

Estamos vivendo um período de crise generalizada no tecido social. Se a época corresponde à modernidade, modernidade tardia ou pós-modernidade, não sabemos ao certo. Nem mesmo os grandes teóricos/estudiosos possuem um consenso em relação a esta temática, mas percebemos que a sociedade capitalista atual vive o tempo do prazer imediato, da fragmentação, da instabilidade, da descontinuidade, do descentramento. É a sociedade da mídia, da imagem, do simulacro que desenvolveu uma subjetividade interessada apenas em consumir, individualista, narcísica; uma sociedade que não respeita valores – sintomas do niilismo contemporâneo.

Acreditamos, assim como Santos (2007), que o tempo no qual vivemos é uma época de ressignificações, um tempo de transição entre a modernidade e a pós-modernidade, pois apresentamos características destes dois modos de pensar a sociedade, as artes e as culturas: (...) *estamos em um momento, em um período de transição, que é tardio demais para ser pós-revolucionário e prematuro demais para ser pré-revolucionário (p.101).*

Concordamos com Mézaros (2005) quando assegura que: *a nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente (p.76).* E, portanto, *a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora (p.76).*

Diante disso, faz-se necessário pensar qual o lugar da Educação à distância nesta sociedade, uma vez que queremos *desenvolver subjetividades rebeldes e não apenas subjetividades conformistas*².

² Para maior aprofundamento sobre este tema ver SANTOS, Boaventura de Souza . **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007. p.59.

A Educação à distância e a sociedade em transição

O que somos nós no século XXI? Como diria Raul Seixas, somos uma metamorfose ambulante! Continuando a paráfrase e retomando a epígrafe inicial deste ensaio, é melhor estarmos preparados para olhar a realidade, mudar de perspectiva, se necessário for, visto que os sistemas sociais são abertos a novas buscas de ideais, valores e fins.

Sabemos que para reformar o que está posto, é preciso reformar as mentes. Um indivíduo por si só não reforma/mexe nas estruturas da sociedade. Para que haja uma mudança nas estruturas, é preciso mexer no coletivo. Ou seja, a formação de uma nova consciência social é um processo de elaboração cultural e, esta elaboração cultural pode e deve ser feita com uma reformulação significativa da Educação – a qual, segundo Mézaros (2005):

É inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (p.25).

O Consócio CEDERJ do qual o Curso de Licenciatura em Pedagogia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, PAIEF/UNIRIO, faz parte, surgiu através de uma política pública que, de certa forma, é um caminho para a inclusão social. Portanto, este curso faz parte da Educação pública.

Esta modalidade de ensino possui a terminologia “à distância”, mas também é Educação. E, sendo assim, temos de ir à contramão do que está sendo oferecido por aí nesta sociedade do ter, dos *shoppings centers*, dessa sociedade de consumo e proporcionar aos nossos alunos uma Educação de qualidade e que rompa com a lógica do capital *se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente* (MÉSZAROS, 2005, p.27).

Por uma Educação para além do Capital

(...) minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto.
(Paulo Freire)

Até que ponto estamos educando? Até que ponto estamos enformando? Até que ponto a nossa prática é libertadora? Até que ponto a nossa prática é castradora? Gramsci *apud* Mészáros (2005) afirma que *todo ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo predominante (p.49-50)*. Essas concepções possuem duas categorias: a manutenção e a mudança - a qual representa uma concepção alternativa de mundo.

Vemos o quanto se faz urgente e necessário lutar para uma transformação emancipadora e progressiva das consciências, mas para isso devemos (re)pensar o processo educativo enquanto formador de sujeitos e o ensino da Língua materna, pois é através da língua que interagimos com o outro e com o mundo.

O ensino de Língua materna e a formação de uma cidadania “desbloqueada”

Santos (2007) nos chama atenção para o fato de que precisamos de um outro tipo de racionalidade, ou seja, precisamos de uma outra forma de olhar o mundo. Para exemplificar, o autor nos apresenta, em termos de modernidade, dois tipos/modelos de conhecimento: o conhecimento de regulação e o conhecimento de emancipação.

O primeiro modelo de conhecimento, parte de um ponto A, a ignorância, e vai em direção a um ponto B, o saber; vai do caos à ordem. É um modelo de conhecimento que visa manter as coisas como estão. Já o segundo modelo de conhecimento, parte de um ponto A, o colonialismo³,

³ O colonialismo é uma forma de Capitalismo que existe desde que o homem é homem no mundo civilizado.

e vai em direção a um ponto B, a autonomia solidária. É um modelo de conhecimento que visa subverter a ordem que está posta.

Se formos comparar esses dois modelos propostos por Santos (2007) e as duas categorias criadas por Gramsci, apresentadas no item anterior, ao objeto de nossa pesquisa, teríamos a forma técnico-instrumental representando o conhecimento de regulação e a concepção da manutenção, uma vez que esta forma visa à transmissão de conteúdos prontos, acabados, programados, internalizados, é centrada na forma e não no aluno e a língua é vista como produto (também pronto e acabado). E a forma sociointeracionista representando o conhecimento de emancipação e a concepção da mudança, já que esta forma vê a língua e o ensino como processos cuja educação deve ser para emancipação, centrada no ato enunciativo dos alunos: não se aprende por exercícios mecânicos, mas por práticas significativas.

O nosso objetivo é formar sujeitos reflexivos, críticos, com consciência política, conhecedores de seus direitos e deveres. Ser cidadão é, entre outras coisas, cumprir deveres e exigir direitos. Hoje, as pessoas pensam no cidadão como alguém que consome, que participa da sociedade economicamente, é Ter mais ao invés de Ser mais.

Santos (2007) afirma que em nossa sociedade, a cidadania é bloqueada, ou seja, *uma cidadania que se baseia na idéia de participação mas não garante suas condições materiais (p.92)*. É a banalização da participação e leva a reprodução do poder. E nós, através do Ensino da Língua materna que visa uma mudança/transformação social significativa e qualitativa, queremos não a imposição da conformidade, mas sim impulsionar a articulação política e a “justa raiva”⁴, para que a cidadania seja “desbloqueada”. Definindo políticas públicas

⁴ Conceito criado por Paulo Freire que significa: a raiva que protesta contra as injustiças, a deslealdade, o desamor, a exploração e a violência.

Definindo políticas públicas

Antes de continuarmos nossas reflexões, consideramos importante e necessário construir o conceito de políticas públicas – o qual é comum encontrarmos em diversos tipos de textos. Lembramos que as políticas públicas trabalham com o macro e por isso, trabalhar com políticas públicas significa “mexer” com a vida de muitas pessoas. Para isso trouxemos de novo à memória o artigo de Crispino (2005).

Crispino (2005) afirma que o conceito de política pública é polissêmico e que esta expressão “*quer significar um conjunto de expectativas geralmente dirigidas ao poder público*” (p.63).

Inicialmente apresenta política pública como “*intencionalidade de a ação de governo que vise atender a necessidade da coletividade e a concretização de direitos estabelecidos*” (p.61, grifos nossos).

Crispino (2005) cita vários estudiosos e suas definições para o conceito explicitado – os quais apresentaremos no quadro abaixo e retomaremos no item 3 deste ensaio:

Autor (ano)	Política pública é...
Ferge (1996)	“(…) Não há uma definição universalmente aceita de Política pública”.(p.63)
Bucci (2002)	“(…) uma locução polissêmica de conceituação estipulativa”. (p.63) “(…) são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente

	<i>relevantes e politicamente determinados.” (p.65, grifos nossos)</i>
Viana (1996)	<i>“(…) o modo de operar do Estado”.(p.64)</i>
Garcia (<i>apud</i> FRISCHEISEN, 2000)	<i>“(…) diretrizes, princípios, metas coletivas conscientes que direcionam a atividade do Estado, objetivando o interesse público”. (p.64, grifos nossos)</i>
Grau (<i>apud</i> FRISCHEISEN, 2000)	<i>“(…) todas as formas de intervenção do Estado”.(p.64)</i>
Santos (2002)	<i>“(…) o conjunto organizado de normas e atos tendentes à realização de um objetivo determinado”.(p.64)</i>
Cunha e Cunha (2002)	<i>“(…) linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei.” (p.64, grifos nossos)</i>

A ideologia, o poder e o binômio língua-linguagem

O autor também aponta que o conceito de ideologia – o qual exerce influência sobre o conceito de política pública – também é polissêmico, ou seja, apresenta vários significados.

Levando em consideração nosso objeto de estudo, também temos a presença do conceito de ideologia, uma vez que sabemos que a linguagem e a língua possuem uma relação com o conceito de poder e este possui uma relação com o conceito de ideologia, assim como o binômio língua-linguagem.

A língua é uma forma de linguagem (linguagem verbal), tributo humano que encerra

em sua realização verbal (comunicativa/expressiva) elementos constitutivos das interações que constrói e que a tornam um processo sócio-histórico.

Poder também é uma palavra polissêmica que transita nos campos teóricos da Ciência, Filosofia e Política entre outros. Para Foucault, por exemplo, o poder não se dá, não se troca, não se retoma. O poder se exerce, só existe em ação e reprime: a natureza, os indivíduos, os instintos e uma classe.

Ao nos comunicarmos estamos agindo sobre o outro. A comunicação verbal também é um exercício de poder por isso a palavra é uma fonte de persuasão, convencimento. Quando enunciamos algo estamos deixando transparecer (implícita ou explicitamente) a nossa representação sobre o mundo, os nossos valores, as nossas ideologias:

A linguagem não é usada somente para veicular informações (...).O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico (...). Os casos mais evidentes em relação a tal afirmação são também os mais extremos: discursos político, sermão na Igreja, aula, etc. (GNERRE, 1987, p.3).

A formação de professores

A carência de profissionais bem capacitados é uma situação comum a vários estados e municípios do Brasil. Há uma necessidade de formação continuada – o que podemos ver em Weber (2003) – o qual destaca que *“a formação em nível superior constitui assim, um dos aspectos importantes do processo de profissionalização docente da educação básica”*. (p.1127).

A formação do professor é núcleo das questões educacionais, um importante elemento do profissionalismo, que segundo Freidon (apud Weber, 2003): *“considera a profissão um princípio ocupacional de organização do trabalho, com ênfase para o conhecimento e competências especializados necessários para a realização de tarefas diferentes numa divisão do trabalho”*. (p.1127)

Weber (2003) nos mostra que a partir da década de 1980, o professor foi considerado agente de mudanças tanto do ensino quanto da sociedade – questão que será melhor explicitada nas considerações finais:

Na luta mais geral pela construção da democracia, na escola e nas outras instituições da sociedade civil passou a ser atribuída aos docentes a tarefa de tornarem-se instâncias orgânicas dos grupos subalternos na luta pela construção de uma nova sociedade (p.1129).

Paulo Freire já afirmava que o ato educativo não é um ato neutro, é um ato político, e a educação não é um processo neutro, pois não há discurso neutro! A presença do professor em sala de aula já traz em si uma postura, sua fala, seus gestos são carregados de significados, pois o professor é um sujeito de ações e não pode ter uma postura de omissão: “*Na verdade, toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido.*” (FREIRE, 2001, p.157)

E, as aulas de Língua portuguesa também não fogem a esta premissa. Temos professores que através do ensino de língua portuguesa e de suas práticas diárias reforçam o *status quo*⁵ e outros que lutam por uma transformação⁶, pois o poder é processo, ação, luta e, como vimos anteriormente, pode trocar de mãos.

A concepção técnico-instrumental

Atualmente, mesmo com todas as pesquisas nas universidades sobre a sociolinguística, a abordagem da linguagem ainda continua a mesma na maioria das escolas – visando “consertar” a

⁵ Aqueles que optam por uma concepção ideológica de ensino de língua, também chamada de concepção técnico-instrumental.

⁶ Aqueles que optam por uma concepção contra-ideológica de ensino de língua, também chamada de concepção sociointeracionista.

língua do discente, considerado um deficiente lingüístico, e tendo seu conhecimento a respeito da língua (que não é pequeno, já que desde a mais tenra idade a criança a adquire entre seus familiares e seu grupo social) desprezado. A língua é exibida como se fosse homogênea, estática, um produto acabado, uma gramática da frase isolada, que despreza o texto em uma totalidade, as relações de cada frase com as demais, o contexto extralingüístico em que o texto ocorre.

A concepção sociinteracionista

Esta concepção traz um conceito de língua que deveria permear o ensino nas instituições escolares: uma língua que não se reduz a um conjunto de regras de boa formação que podem ser determinadas de uma vez por todas; que tem aspectos estáveis e instáveis – é um sistema variável; deve ser estudada relacionada ao entorno e à situação em que é utilizada; deve promover a interação humana; manifesta-se em textos orais e escritos, em diferentes gêneros textuais; é uso e resultado do uso; atividade social, cujas normas evoluem segundo os mecanismos de auto-regulação dos indivíduos e dos grupos em sua dinâmica histórica de interação entre si e com a realidade.

As tecnologias da informação e comunicação, a formação de professores e as políticas públicas

Segundo Barreto (2002), as novas tecnologias da informação e da comunicação, os TICs, abrem novas possibilidades educacionais, uma vez que a aprendizagem *on-line*, ou seja, a aprendizagem em ambientes informatizados e virtuais, gera a auto-aprendizagem e, entre outros elementos, a quebra do tempo/espço e mudança de paradigma.

Em nossos encontros vimos que as políticas públicas são setoriais e sendo assim, existem políticas publicas para a saúde, educação, etc. Neste item destacaremos uma das políticas públicas voltadas para a educação – a qual está diretamente ligada com o nosso objeto de pesquisa:

o Curso de Graduação à distância de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O Curso de Graduação à distância de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Esse curso foi iniciado no segundo semestre de 2003, a partir do Consórcio CEDERJ, da Fundação CECIERJ (Centro de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro) e as Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os alunos deste curso, autores dos textos que compõem nosso material de análise, estão distribuídos em pólos e postos dos seguintes municípios: Bom Jesus, Cantagalo, Santa Maria Madalena (posto de Cantagalo), Piraí, São Fidélis, Itaocara (posto de São Fidélis), São Francisco, Saquarema, Três Rios, Volta Redonda, Itaperuna, Rio das Flores e Niterói.

No trabalho com a formação de professores, na disciplina de Língua Portuguesa na Educação I, temos de dialogar com um público heterogêneo de docentes que trabalham em salas de aulas de diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro e pessoas que buscam formação em Pedagogia a fim de atuar na educação em nível do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação tecnológica, seja na docência seja na gestão.

O conteúdo do curso é apresentado ao aluno por meio do livro didático. Os textos inicialmente elaborados (Capello e Coelho, 2003; França e Capello, 2004; dentre outros) caracterizam-se por um estilo dialógico com ênfase na articulação de conceitos com as práticas efetivamente realizadas em sala pelos professores atuantes.

Os resultados dessas avaliações evidenciam um plurilingüismo que reflete não apenas a diversidade de falares das diferentes regiões, como também os diferentes níveis de letramento em que se encontram esses co-locutores.

Podemos afirmar que a criação deste curso de formação de professores corresponde a uma *“ação de governo que visa atender a necessidade da coletividade⁷, para a realização de objetivos socialmente relevantes⁸, objetivando o interesse público⁹ e que concretiza direitos*

⁷ CRISPINO, Álvaro. *Binóculo ou Luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação*. Rio de Janeiro: RBPAAE, v.21, n.1/2, jan/dez 2005, p.61, *grifos nossos*.

⁸ Ver quadro do item 1: Definindo políticas públicas.

*sociais declarados e garantidos em lei*¹⁰ “.

Podemos considerar este curso como uma possibilidade de democratização do ensino uma vez que gera um aumento expressivo de oportunidades de acesso ao ensino superior, já que as vagas são ofertadas a diversos municípios do Rio de Janeiro, na tentativa de suprir a demanda gerada pelo sistema presencial de ensino.

Considerações Finais

*A dor é inevitável,
mas o sofrimento é opcional.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Diante de tudo o que foi exposto, vemos que neste período de crise e de transição paradigmática, a educação deve ser problematizadora, uma educação que possua um caráter reflexivo, sendo um constante ato de desvelamento da realidade e que resulte na inserção crítica do indivíduo na realidade. Para isso é preciso desenvolver no homem a impaciência e a vivacidade para que ele procure, invente e reivindique, pois o homem não deve *apenas estar no mundo, mas com ele* (FREIRE, 1983, p.104) - isso é o resultado de sua abertura para a própria realidade, da sua integração com o mundo. Ou seja, o homem se ajusta a realidade para transformá-la.

Freitas (2005) alega que a nossa cultura não gosta de crises e nem de contradição, que preferimos os estados de equilíbrio, mas que é preciso e necessário superarmos as incertezas de nosso tempo. Ou seja, é preciso e necessário propor e realizar as mudanças.

Devemos lutar por uma educação que proponha a desalienação do homem que se tornara objeto, expectador e figurante de sua própria história. O homem deve ser sujeito e, enquanto tal, ser ativo. Deve criar, recriar, decidir, dominar e humanizar a realidade. Portanto, o homem deve

⁹ Ver quadro do item 1: Definindo políticas públicas.

¹⁰ Ver quadro do item 1: Definindo políticas públicas.

conhecer o mundo para poder interferir nele, dialogar com e sobre ele – isso o torna um ser histórico. Devemos tornar o homem sujeito e retirá-lo da condição permanente de objeto, de domesticado.

O nosso papel no mundo não é apenas viver o que ocorre e aceitar tudo o que nos é colocado, é preciso ser um *sujeito de ocorrências* (FREIRE, 2001, p.85). Aprendemos para intervir na realidade. Não devemos, enquanto educadores, *gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes* (MÉSZAROS, 2005, p.35).

Necessitamos buscar uma *ordem social qualitativamente diferente* e, como nos afirma Mézaros (2005): *Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente (p.71)*, pois *estamos precisando de acolhimento, de solidariedade, de coletivo, de consenso negociado, provisório, mas como reconstrução histórica permanente* (FREITAS, 2005, p.107).

Retomando o pensamento de Crispino (2005) – o qual nos chama atenção para o fato de que:

(...) os parâmetros tanto para Políticas Públicas quanto para Ideologia são difusos e os conceitos são polissêmicos. Isso nos leva a uma situação de insegurança e de desconforto, uma vez que, não tendo parâmetros seguros e definidos, não podemos exercer o direito de conhecer a realidade e o dever de atuar no sentido de modificá-la a fim de que alcance os rumos que acreditamos ser melhor.(p.87)

E retornando à epígrafe inicial deste artigo, vemos que é preciso reformar as mentes, para reformar o que está posto. Para que haja mudança nas estruturas, uma transformação social ampla e emancipadora, é preciso mexer no coletivo, é preciso a formação de uma nova consciência social e, esta elaboração cultural pode e deve ser feita com uma reformulação significativa da Educação.

A divulgação do desejo de mudança é um dever de quem tem essa consciência - e, conseqüentemente nós, enquanto educadores, a temos. Também é necessário que as próprias camadas populares divulguem esse desejo de uma outra sociedade.

Para mudar a representação do *status quo* é necessário que haja uma organização, uma comunicação para levar a idéia da necessidade da revolução, da luta contra-hegemônica, ou seja, contra-ideológica ou utópica (não do sentido de nunca vir a ser, mas de uma realidade a ser construída num movimento de transformação, de emancipação). Que esse sonho de mudança seja difundido entre muitos, pois a *comunicação dos que querem conservar a sociedade como está é muito competente*.

Para mudar a situação em que vivemos – divididos entre a Casa Grande (elite) e a Senzala (os que não pertencem à elite), temos que fazer um movimento inverso, contra-ideológico, não podemos nos acomodar, cruzar os braços e ficar imobilizados, pois esta atitude de conformismo não levará a lugar nenhum porque é uma atitude estática e, conseqüentemente, a luta por essa retomada de poder, exige ação, exige mudança, mobilidade, vontade de sair da inércia. Temos que ter uma postura diferente, assim como a anunciada pelo autor:

Nada de contemplação caridosa da triste realidade da Senzala, que teima em não desaparecer. Ao contrário, uma atitude de execração da realidade tal qual ela é. Ver a realidade e, imediatamente, assumir a postura de combate para mudar o quadro existente. (GIANNOTTI, 2004, p.173).

O livro *Pensamento Educacional Brasileiro*, de Gadotti, tem como epígrafe à indagação de um trabalhador da cidade de São Paulo – o qual não é identificado, é anônimo, um cidadão “sem voz” como muitos outros trabalhadores: “*O que adianta nós saber, e nós não poder tomar providência em nada?*” Não adianta somente enxergar/ler a realidade mas é necessário tornar essa percepção da realidade uma ação, um movimento de transformação.

A muralha da Linguagem busca contribuir para a queda do domínio da “Casa Grande”. Para tanto, faz-se necessário à superação das desigualdades econômicas e lingüísticas, defendendo uma comunicação que comunique. Por isso, acreditamos que enquanto professores de Língua portuguesa, enquanto educadoras e formadoras de opiniões e cidadãos, temos o dever de

desalienar nossos alunos, devemos ajudá-los a enxergar além, a ler as entrelinhas dos discursos, da realidade que os cerca, do mundo.

Para isso, temos que comunicar/divulgar essa vontade de mudar a situação vigente, mudar tudo o que está estabelecido, construir uma nova visão de mundo. Mas, primeiramente, é preciso que a muralha da linguagem entre a Casa Grande e a Senzala seja derrubada porque sem comunicação que comunique não há revolução. Assim como sem um acesso a um ensino de qualidade não há como ler/ver o mundo de modo que atuemos nele ao invés de somente estarmos nele.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Raquel G. *Formação de professores, tecnologias e linguagens: mapeando velhos e novos (des)encontros*. São Paulo: Loyola, 2002.
- CAPELLO, Cláudia & COELHO, Lígia Martha. *Língua Portuguesa na Educação I*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.
- CAPELLO, Cláudia & FRANÇA, Maristela Botelho. *Língua Portuguesa na Educação II*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.
- CRISPINO, Álvaro. *Binóculo ou Luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação*. Rio de Janeiro: RBPAAE, v.21, n.1/2, jan/dez 2005.
- FREITAS, Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo as esperanças. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GIANNOTTI, Ivo. *Muralhas da linguagem*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MÉSZAROS, Istvan. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WEBER, Silke. *Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil*. Educação e Sociedade. Vol 24, n° 85, Campinas, dezembro 2003.